

## Bretas segue ordem do STF e anula suas decisões ilegais

Cumprindo decisão do Supremo Tribunal Federal, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, ordenou que sejam levantados os bloqueios de bens e valores de advogados determinados por ele em investigação de supostos desvios na Fecomercio.

Cauê Diniz



Cauê Diniz Quase um ano depois de conquistar manchetes perseguindo advogados, Bretas foi obrigado a remeter ações para a Justiça Comum do Rio, após decisão do Supremo

No último dia 10, a 2ª Turma do Supremo [decidiu pela incompetência absoluta](#) da Justiça Federal para analisar o tema, conforme jurisprudência ampla da Corte.

Antes disso, porém, o juiz promoveu uma devassa na vida de advogados que estavam na mira da "lava jato", determinando o bloqueio de mais de [R\\$ 1 bilhão](#) no âmbito de uma investigação de supostos desvios de R\$ 151 milhões — a título de "dano moral coletivo", o que não pode ser feito em ação penal, segundo jurisprudência do Supremo. Os escritórios passaram meses com as contas sequestradas e [relataram dificuldade](#) para tocar suas operações.

Em ofício enviado ao Conselho Nacional de Justiça, a Procuradoria-Geral da República, recentemente, informou já ter celebrado três acordos de delação premiada que implicam o juiz Marcelo Bretas, por irregularidades e fraudes praticadas por ele.

Na decisão de levantar o bloqueio, nesta quarta-feira (18/8), em obediência ao STF, Bretas também determina a remessa de duas ações penais, quatro cautelares, uma busca e apreensão e do sequestro dos bens para o setor de distribuição da justiça comum do estado do Rio, conforme ordenado pelo Supremo.

A Polícia Federal também deve devolver todo o material apreendido nas buscas, que, segundo relatos de advogados à **ConJur**, corroborados pelos depoimentos registrados pela OAB na reclamação, [não tiveram acompanhamento](#) de representantes da Ordem.

No processo, Bretas aceitou denúncia formulada com base na delação de Orlando Diniz, ex-presidente da Fecomercio-RJ. Diniz foi parar na cadeia duas vezes por suposto desvio de verbas entre 2007 e 2011

e tentou por mais de dois anos emplacar sua colaboração premiada. Só conseguiu, segundo publicou a revista *Época*, depois que concordou em delatar advogados que estavam na mira da "lava jato" por defender clientes acusados de corrupção. Em troca da delação, Diniz ganhou a liberdade e o direito de ficar com cerca de US\$ 250 mil depositados no exterior, de acordo com o MPF do Rio.

**Rcl 43.479**

**Date Created**

18/08/2021